

# Ministérios

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

#### DESPACHO DO MINISTRO

Em face da manifestação da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça, defiro o pedido de asilo político formulado por MULLUNAGE KOLITHA RAM RANGIH MULLUNASURIYA (Processo nº 8280-02.517/86-DF)

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS

(Of. nº 141/94)

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 209ª REUNIÃO  
REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 1994

Aos onze dias do mês de julho de um mil novecentos e noventa e quatro, às nove horas, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, em Brasília-DF, no Edifício Anexo II do Ministério da Justiça, sala nº 210, sob a Presidência do Professor Edmundo Alberto Branco de Oliveira. Conselheiros presentes: Miguel Frederico do Espírito Santo, Ariosvaldo de Campos Pires, Rubens Approbato Machado, George Francisco Tavares, Amauri Serralvo, Eduardo Pereira da Silva. Ausentes, por motivos justificados, os Conselheiros Damásio Evangelista de Jesus, Luiz Alfredo Palm, Maria Eugênia da Silva Ribeiro, Cláudio Lemos Fonteles, Arnaldo Camardelli Agle e Divaldo Theophilo de Oliveira Netto. Assessorou a Reunião o Doutor Geraldo Rêgo Vilar, Assessor da Coordenação Geral de Articulação Setorial da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça/MJ. Verificada a existência de quórum o Presidente abriu a Sessão, pondo em discussão a Ata da Reunião anterior, realizada em 14 de junho de 1994, que foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, após anunciar dois assuntos da Pauta, que considerou de alta relevância, o Indulto de Natal de 1994 e a Proposta de Resolução do CNPCP, contendo as Diretrizes Básicas da Política Penitenciária Nacional, o Presidente comunicou ao Plenário que o Senhor Ministro da Justiça havia designado o Doutor Hermes Vilchez Guerreiro, Professor de Direito Penal da FUC/MG, e o Doutor Aparecido Lopes Feltrim, Diretor do Departamento de Assuntos Penitenciários do Ministério da Justiça para comporem, como Membros, o CNPCP. Ressaltou que os dois novos Conselheiros estavam substituindo os Conselheiros Edson Freire O'Dwyer, por término de mandato, e o Doutor Léo Sebastião David, que pediu dispensa do Cargo de Diretor do DEPEN/MJ, respectivamente. Na oportunidade, deu os votos de boas vindas aos novos Conselheiros, expressando sua grande satisfação em poder trabalhar com ambos em busca de metas essenciais para as novas diretrizes da política de prevenção do crime e aprisionamento da justiça penal do Brasil. Em seguida, autorizou que o Assessor do Colegiado fizesse a leitura dos atos de posse. Formalizada a posse, o Presidente facultou a palavra aos dois Conselheiros, tendo o Doutor Aparecido Lopes Feltrim agradecido a manifestação do Presidente e a acolhida que lhe foi dispensada pelo Plenário, enfatizando a sua grande satisfação em integrar o CNPCP, que é composto por pessoas do mais alto gabarito. Pôs-se à disposição de todos, ressaltando que envidará todos os esforços para corresponder a confiança que lhe foi conferida pelo Senhor Ministro da Justiça, ao designá-lo para o honroso Cargo de Diretor do DEPEN/MJ, e o não menos honroso Cargo de Conselheiro do CNPCP. O Doutor Hermes Guerreiro também agradeceu as palavras do Professor Edmundo Oliveira, destacando que se sentiu muito lisonjeado ao receber um telegrama do Senhor Ministro da Justiça, comunicando que havia lhe designado Membro do CNPCP. Disse, também, que se sentia muito honrado em compor esse Egrégio Conselho, cujos participantes são figuras de notável saber jurídico, dentre os quais o Professor Ariosvaldo de Campos Pires, seu ex-Mestre, e com quem muito aprendeu. Por tudo isso, fará todo o empenho para corresponder a sua designação para Conselheiro do CNPCP. Facultada a palavra aos demais Conselheiros, o Doutor Rubens Approbato elogiou a renovação do CNPCP, pois com isso ele se torna mais democrático. Propôs que ficasse registrada a enorme contribuição dada ao Conselho pelo Doutor Edson O'Dwyer, cuja inteligência, espírito público e exemplo de trabalho deixam uma grande lacuna, mas que, certamente, serão preenchidas pelo seu substituto, Conselheiro Hermes Guerreiro. O Conselheiro Amauri Serralvo, ao endossar as palavras do Conselheiro Rubens Approbato, lembrou também os méritos do Doutor Léo Sebastião David, pessoa extremamente dedicada, e que deixa o nosso convívio. Na oportunidade, externou ao Conselheiro Aparecido Lopes Feltrim votos de pleno êxito nas nobres missões para as quais foi designado. Manifestou-se, também, o Conselheiro Mario Julio, enfatizando o excelente trabalho desenvolvido pelos Conselheiros dispensados, congratulando-se com os novos, particularmente com o Doutor Aparecido Feltrim, que teve uma exemplar atuação em outro Órgão do Ministério da Justiça. Atuação essa que fez com que o Doutor Feltrim fosse escolhido para dirigir o DEPEN/MJ e, em consequência, para compor este Colegiado. O Presidente agradeceu a manifestação dos Conselheiros Rubens Approbato, Amauri Serralvo e Mario Julio, informando

que encaminhará expediente aos dois ex-Conselheiros, exaltando suas qualidades e a participação que tiveram no CNPCP. Concluindo, o Conselheiro Ariosvaldo destacou que a designação do Doutor Hermes Guerreiro muito engrandece o Colegiado, pois trata-se de uma pessoa de alta envergadura moral, dotado de grande inteligência e de elevado espírito público. Em seguida, o Presidente recebeu no Plenário o Secretário dos Direitos da Cidadania e Justiça do Ministério da Justiça, Doutor Pedro Antonio de Avelar, a quem oferece os préstimos do CNPCP. Sua Excelência agradece a manifestação do Professor Edmundo Oliveira, ressaltando que a sua presença na Reunião tinha o objetivo de cumprimentar os Conselheiros empossados. Após outras considerações, o Secretário se retirou, tendo o Presidente passado a palavra ao Conselheiro George Francisco Tavares, Relator do Projeto de Decreto de Indulto e Comutação de Penas, a serem concedidos por ocasião da celebração do Natal de 1994. Inicialmente, o Relator apresentou o seu Relatório, onde menciona que "já faz parte da tradição brasileira conceder o indulto coletivo natalino aos presos que satisficam os requisitos necessários para voltar ao convívio social ou terem suas penas reduzidas, incentivando os que, por seus méritos, na prisão, venham a conquistar a liberdade. Esse Direito de Graça que a Constituição concede como ius imperii do Presidente da República, atualmente, além do alcance salutar, acima apontado, constitui um caminho para solucionar, também, os graves problemas que o sistema penal tem demonstrado não só no Brasil, como em quase todos os países, mesmo os que são considerados do denominado 1º Mundo (...)" Continuando, o Relator diz que "(...) Recebemos sugestões de vários Conselhos Penitenciários como os de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Tocantins. Infelizmente não acolhi todas as propostas, mas submei-as à apreciação de nosso Conselho, quando apresentar esse Relatório, juntamente com o Ante-Projeto do Indulto. O presente Ante-Projeto não é liberalizante, eis que restringe a aplicação do Decreto a várias hipóteses, o que reduzirá bastante a sua aplicação dentro a massa carcerária em todo o Brasil. Em face disso, diante da criminalidade alarmante, com a prática de grandes delitos, ao mesmo tempo que se procura minorar as agruras da chaga de nossas prisões, preocupa-se com a defesa social e segurança dos cidadãos, não liberando aqueles que, pela natureza do crime cometido, apresentam grande periculosidade, o que lhes impõe a segregação. É o Relatório". Após a leitura do Relatório e antes da Proposta do Decreto entrar em discussão, o Presidente informou que o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo havia enviado, também, uma Proposta de Indulto Natalino. Em consequência, julgou oportuno submetê-la à apreciação do Plenário, que, por unanimidade, optou pela do Relator George Francisco Tavares. Esta foi, então, amplamente debatida pelos Conselheiros, que, seguindo sugestão do Presidente, votaram detalhadamente cada um dos seus artigos. Concluindo, o Presidente comunicou que a Proposta do Indulto, ora aprovada pelo CNPCP, seria submetida à elevação da consideração do Senhor Ministro da Justiça. Após um intervalo para o almoço, a Sessão foi reiniciada, tendo o Presidente colocado em discussão a Proposta de Resolução, contendo as Diretrizes Básicas da Política Penitenciária Nacional, cujo texto foi elaborado por uma Comissão, composta por ele e pelos Conselheiros Miguel Frederico do Espírito Santo, na condição de Relator, e Eduardo Maneira. Na oportunidade, distribuiu cópia da referida Proposta aos Conselheiros, que, após uma atenta leitura, apresentaram pequenas modificações de redação do seu texto. A matéria foi aprovada, por unanimidade, com a recomendação para que após a sua publicação no Diário Oficial da União, seja enviada a todos os Secretários de Justiça dos Estados, solicitando que deem conhecimento aos respectivos Conselhos Penitenciários. O Presidente, na ocasião, propôs a criação de um Grupo de Trabalho, designado por Resolução do CNPCP, para, no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação da citada Resolução, elaborar Proposta de Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, a ser apreciada pelo Plenário do Colegiado. Segundo ele, essa Proposta está em consonância com as Recomendações do Comitê de Prevenção do Crime e Justiça Penal das Nações Unidas (ONU), com sede em Viena. Posta em votação, a Comissão ficou assim constituída: Edmundo Alberto Branco de Oliveira - Presidente; Hermes Vilchez Guerreiro - Relator; Aparecido Lopes Feltrim - Membro; Eduardo Maneira - Membro; e Miguel Frederico do Espírito Santo - Membro. Dando prosseguimento, o Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva apresentou Parecer, referente ao Processo-MJ nº 3461/94, contendo o Relatório de Atividades de 1993 do Conselho Penitenciário do Estado de Tocantins. Em seu Parecer, o Relator destaca que "Na Sessão realizada em 18.04.94, o CNPCP acatou Proposição deste Relator, no sentido de baixar o presente processo em diligência, para complementação das informações contidas no Relatório referente ao exercício de 1993, tendo sido expedido o Ofício/MJ/CNPCP/Nº 053/94, de 19.04.94, ao Conselho Penitenciário do Estado de Tocantins. Agora, com o acostamento aos autos do expediente 017/94, de 13.05.94, chegam ao nosso conhecimento os dados solicitados, ou seja, as cópias das Inspeções realizadas em Tocantins, em 12.04.93, 16.08.93 e 15.12.93. Entendo que, diante das informações prestadas complementarmente, já se encontra o CNPCP em condições de apreciar o Relatório de que cuida o presente processo (...)" Finalizando, o Relator opina pela aprovação do Relatório de Atividades daquele Conselho, referente a 1993, com a sugestão para que se dê ciência ao seu ilustre Presidente, Doutor Mauro Lopes Teixeira. Parecer aprovado, por unanimidade. Novamente, o Conselheiro Mario Julio apresentou outro Parecer, concernente ao Processo-MJ nº 8925/94, versando sobre o Relatório de Atividades de 1993 do Conselho Penitenciário do Estado do Amapá. Em seu Parecer, o Conselheiro Relator menciona que "Cumprindo as determinações da Lei nº 7.210, de 11.07.84 (Art. 70, III, c/c Art. 64, VIII), apresentou o Conselho Penitenciário do Estado do Amapá, pelo Ofício nº 17/94-CPEA/SEJUSP, de 10.05.94, o Relatório de Atividades designado pelo Colegiado durante o ano de 1993. (...) O Relator, finalizando o seu Parecer, assim se manifestou: Observa-se pela leitura da peça sob exame que, embora mencionando uma visita de Inspeção a Presidência efetuada no ano de 1993, não juntou o ilustre Presidente do Conselho, ao seu expediente de 10.05.94, o Relatório correspondente à referida Inspeção, conforme recomendação do CNPCP, de 1989, aos diversos Conselhos